

RELATÓRIO PRELIMINAR DE GESTÃO

Fernando Apparicio da Silva, embaixador
Bissau, julho de 2018

Assumi a função de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau em março de 2014. Dois anos antes, em 12 de abril de 2012, um autodenominado “Comando Militar” tomou o poder em Bissau, destituindo o Presidente da República, Raimundo Correia, e o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior, que estava prestes a vencer as eleições presidenciais, cujo segundo turno se realizaria dentro de poucos dias. O golpe foi amplamente condenado pela comunidade internacional e o governo brasileiro decidiu manter a embaixada sob a gestão de Encarregados de Negócios, que se sucederam durante dois anos até a realização das eleições gerais de abril de 2014 e a redemocratização do país.

A. PANORAMA GERAL

2. Ao final de uma luta anticolonial que durou dez anos, a Guiné-Bissau declarou-se independente de Portugal em 1973. O Brasil logo reconheceu a independência e, desde 1974, mantém uma embaixada em Bissau. A Embaixada do Brasil é a mais antiga representação diplomática residente no país.

3. A Guiné-Bissau é um país pobre e com índice de desenvolvimento humano que se situa entre os mais baixos do mundo. Mas o país possui potencial para permitir um salto de desenvolvimento. A população, de apenas dois milhões de habitantes, divide-se em várias etnias, mas a miscigenação é comum e a tolerância étnica e religiosa é a regra. Não há risco de conflito entre etnias mesmo se, esporadicamente, lideranças políticas tenham feito uso das afinidades de natureza étnica para se projetarem. As relações com o Brasil são próximas e estreitas e, há quarenta anos, a cooperação oficial brasileira atua em favor do desenvolvimento, do fortalecimento das instituições e da formação de quadros universitários guineenses.

4. Desde 2007, o governo brasileiro tem estado firmemente engajado no apoio aos esforços de construção de uma estabilidade duradoura na Guiné-Bissau na condição de país que preside a Configuração para a Guiné-Bissau na Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas, na pessoa do Representante Permanente junto à ONU em Nova York, atualmente o embaixador Mauro Vieira.

5. Em maio de 2018, o Secretário-Geral das Nações nomeou como seu Representante Especial para a Guiné-Bissau o embaixador José Viegas Filho, que, nessa condição, é o chefe do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS). A nomeação de um diplomata brasileiro para a função é demonstração de

reconhecimento da capacidade do Brasil de contribuir para a consolidação da paz na Guiné-Bissau.

6. Ao abrigo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que constitui um espaço adicional de diálogo político, o Brasil tem tido a iniciativa e favorecido projetos de grande interesse para a Guiné-Bissau.

7. O país é pequeno, mas tem importância estratégica. A União Europeia possui grandes interesses em toda a região da África Ocidental – comerciais, econômicos e de segurança. Bruxelas e as capitais ocidentais em seu conjunto receiam que as frágeis instituições guineenses não sejam capazes de aferir e conter a proliferação de ilícitos internacionais e a eventual instalação de células do radicalismo islâmico no país.

8. A África Ocidental é ponto de trânsito na rota de drogas entre a América do Sul e a Europa. Há dez anos, o problema assumiu proporções preocupantes com a descoberta do envolvimento com o narcotráfico de autoridades civis e principalmente militares. Recentemente, o Presidente da República instruiu as autoridades do país – militares e civis – a estarem alertas no combate ao narcotráfico. O tema voltou a preocupar a comunidade internacional, tendo sido incluído pelo Conselho de Segurança como merecedor de atenção prioritária na última renovação, em fevereiro de 2018, do mandato do UNIOGBIS.

9. No plano regional, o Senegal, principalmente, mas também outros países têm grandes interesses na Guiné-Bissau. Os senegaleses da região irredentista da Casamança no Senegal têm fortes vínculos culturais com os guineenses. No marco da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a região, sob a liderança do Senegal, da Costa do Marfim e da Nigéria, reagiu quando o ex-primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior tomou a decisão de privilegiar as relações – econômicas, militares - com Angola. Uma das primeiras decisões do Comando Militar que liderou o golpe de 12 de abril de 2012 foi instar Luanda a evacuar do país a Missão Militar Angolana. A CEDEAO apoiou tacitamente o golpe, contrapondo-se à CPLP na ocasião.

B. ASSUNTOS POLÍTICOS

10. Desde 1980, a Guiné-Bissau conheceu diversos ciclos de instabilidade. Entre a guerra civil de 1998-1999 e 2012, foram muitos golpes e contragolpes de Estado, com participação direta das altas chefias militares do país e marcados por um alto grau de violência política. Em 2009, o então Presidente da República, Nino Vieira, foi assassinado. A intervenção dos militares na vida política está na origem de um projeto de Reforma do Setor de Defesa e Segurança, cuja primeira versão remonta a 2006 e cuja execução ainda é aguardada. Uma das ideias norteadoras da RSS é renovar as forças armadas, formando um oficialato jovem e com mentalidade legalista e republicana e, em paralelo, aposentar os quadros mais idosos, onde a vocação ou histórico golpista é mais presente.

11. Líder do golpe de abril de 2012, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general António Indjai, manteve-se por detrás do governo civil de transição que se formou e que perdurou até a realização das eleições gerais de 2014. Redemocratizado o país, o que tem marcado o quadro político guineense não é mais a violência política. A Guiné-Bissau encontra-se numa situação de legalidade constitucional, mas as divisões dentro do principal partido político guineense, o PAIGC, não são resolvidas internamente e repercutem num conflito permanente entre os órgãos de soberania – Presidência da República, Primatura e Assembleia Nacional Popular. Desde 2015, essas divisões produziram um impasse político-institucional que ainda não foi plenamente equacionado e que se traduziu numa sucessão de governos de duração efêmera.

12. Em quatro anos, foram empossados sete primeiros-ministros: **Domingos Simões Pereira, Baciro Djá, Carlos Correia**, novamente **Baciro Djá, Umaro Sissoko Embaló, Artur Silva e Aristides Gomes**, todos quadros do PAIGC – alguns quadros menores na hierarquia do partido; outros, quadros dissidentes. O conflito entre os órgãos de soberania levou à paralisação por mais de dois anos, entre janeiro de 2016 e abril de 2018, da plenária da Assembleia Nacional Popular. Durante esse período, sucessivos primeiros-ministros governaram sem um Programa de Governo e um Orçamento Geral do Estado aprovados pelo parlamento.

13. Em outubro de 2016, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com a mediação do Presidente Alpha Condé, da vizinha República da Guiné, reuniu os representantes dos partidos políticos guineenses em Conacri com o objetivo de negociar um acordo para pôr fim ao impasse institucional. A plenária do parlamento estava paralisada havia dez meses. Pelo acordo então negociado – o Acordo de Conacri -, os seguintes principais compromissos foram assumidos: nomeação de um primeiro-ministro de consenso (com apoio dos dois principais partidos presentes no parlamento, o PAIGC e o Partido da Renovação Social) e da confiança do Presidente da República; formação de um governo de inclusão (com participação proporcional de todos os partidos representados no parlamento); e reintegração dos deputados do Grupo do Quinze no PAIGC. Cumpridos esses três compromissos, a plenária da ANP seria reaberta e o parlamento voltaria a funcionar normalmente.

14. O Acordo de Conacri foi amplamente respaldado pelas demais organizações internacionais implicadas na exploração de ações em apoio aos esforços com vistas a buscar soluções para a crise - Nações Unidas, União Africana, União Europeia e CPLP. Mas foi necessário transcorrer um ano e meio até que os líderes políticos guineenses chegassem a um acordo em torno da nomeação de um primeiro-ministro de consenso – Aristides Gomes – e a formação de um governo de inclusão. Com o acordo alcançado em abril de 2018, a plenária do parlamento voltou a funcionar e o Presidente da República marcou a data das eleições legislativas: 18 de novembro de 2018. O primeiro-ministro Aristides Gomes estabeleceu como prioridade de seu governo a preparação e realização das eleições, mas o tempo é curto e a legislação eleitoral guineense impõe uma série de prazos e obrigações. A realização das eleições na data prevista ainda é uma incógnita. Por outro lado, a Constituição guineense

determina que as legislaturas têm duração de quatro anos e a realização as eleições legislativas em 2018 foi um compromisso assumido perante a comunidade internacional.

15. Apesar da crise de governabilidade, a Guiné-Bissau permaneceu calma. Houve instituições que não funcionaram na sua plenitude. A plenária da Assembleia Nacional Popular permaneceu bloqueada por mais de dois anos. Mas o cenário político não foi marcado pela violência dos anos anteriores. As chefias militares, que poderiam ter sido induzidas a tomar partido no impasse institucional na pretensão de querer resolvê-lo, inclusive por meio de um golpe de Estado, mantiveram-se distanciadas da política.

16. Não estando calcada em um conflito ideológico ou entre projetos de nação, a crise de governabilidade é uma disputa de egos e uma competição no seio da elite dirigente guineense pelo domínio da máquina estatal e o controle, interno e externo, dos recursos naturais do país, assim como dos recursos financeiros ofertados pela comunidade internacional a título de ajuda ao desenvolvimento. Isso explicaria a indiferença com que a população acompanha a crise.

17. A crise de governabilidade perdurou durante praticamente toda a minha gestão e de mim exigiu um acompanhamento detido. Era preciso manter a Secretaria de Estado informada. Alguns postos – como a Missão junto às Nações Unidas em Nova York e a Missão junto à CPLP em Lisboa – precisavam ser mantidos a par dos desdobramentos da crise, na medida que a situação na Guiné-Bissau é tema de diferentes agendas das Nações Unidas (Conselho de Segurança, Comissão de Consolidação da Paz) e também da CPLP. Para assegurar esse acompanhamento, participei assiduamente das reuniões sobre a situação no país que os sucessivos Representantes Especiais do Secretário-Geral das Nações Unidas realizam com grupo de embaixadores residentes no UNIOGBIS. Outras importantes fontes de informação foram autoridades locais com as quais estabeleci uma relação de proximidade e confiança, como o secretário-geral da Chancelaria local e o diretor-geral do Protocolo de Estado. Mantive uma estreita troca de impressões e informações sobre a evolução da situação política com Chefes de Missão, em particular com os dois outros embaixadores residentes de países da CPLP, a saber, Angola e Portugal, e também com representantes de agências das Nações Unidas. Para melhor entender a realidade política da Guiné-Bissau, procurei igualmente ouvir e conhecer a percepção de cientistas políticos locais.

18. Em janeiro de 2015, o Presidente José Mário Vaz compareceu à cerimônia de posse da Senhora Presidente Dilma Rousseff, que o recebeu em audiência. Intermediiei o agendamento desse encontro, a pedido do próprio Presidente Vaz, que acabou sendo o segundo entre os chefes de Estado e/ou de Governo que compareceram à cerimônia a ser recebido pela mandatária brasileira, o que teve grande impacto local.

19. Nos últimos quatro anos, no contexto da instabilidade governativa acima descrita, a Guiné-Bissau recebeu apenas a visita de um Chefe de Estado e de Governo de países situados fora da África Ocidental, mais especificamente a visita do Rei Mohamed VI do Marrocos, em maio de 2015.

C. ASSUNTOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

20. Em março de 2015, o governo do então primeiro-ministro Domingos Simões Pereira apresentou à Mesa Redonda de Doadores e Parceiros Internacionais, realizada em Bruxelas, um Plano Estratégico de Desenvolvimento apelidado de “Terra Ranka”. O Plano cobriria o período 2015-2020 e da referida conferência resultou o compromisso de apoio internacional na ordem de US\$ 1,5 bilhão para a execução de uma centena de projetos identificados no documento. O Brasil participou da conferência. Fiquei atento às perspectivas de implementação do “Terra Ranka”, na medida que poderia finalmente dar ensejo a um salto de desenvolvimento que abriria eventuais possibilidades de atuação de investimentos brasileiros, particularmente em obras de infraestrutura. A sucessão de governos gerou, contudo, insegurança nos parceiros internacionais e inibiu o fluxo dos financiamentos então prometidos. O Plano não foi abandonado, podendo ser retomado quando a situação política se normalizar.

21. Se oportunidades de investimentos podem se apresentar, sobretudo se o país der um salto de desenvolvimento, estive sempre atento em alertar eventuais investidores brasileiros sobre a existência de legislações ultrapassadas e sobre a falta segurança jurídica que caracteriza o país. Por outro lado, a fragilidade das instituições é porta aberta a “empresários” de diferentes países que procuram a Guiné-Bissau para lavar dinheiro ou envolver-se em outras atividades ilícitas.

22. O comércio bilateral é pequeno e favorável ao Brasil. O intercâmbio poderia eventualmente aumentar se a embaixada dispusesse de um Setor Comercial (SECOM) estruturado. Para tanto seria necessário dotá-la de recursos humanos. De todo modo, o que a Guiné-Bissau exporta – castanha de caju – o Brasil produz. Os produtos básicos brasileiros que se compram no país (açúcar, por exemplo) são adquiridos nos países vizinhos, principalmente no Senegal.

23. O Presidente José Mário Vaz solicitou a cooperação do Brasil para desenvolver a agricultura guineense, em particular a produção de arroz. O país importa o cereal, base da dieta guineense, quando teria condições de alcançar a autossuficiência na sua produção. A resposta à demanda ainda não se concretizou.

D. COOPERAÇÃO

24. O Brasil alcançou um grau de desenvolvimento econômico e tecnológico que gera naturalmente a expectativa de que seja um parceiro de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, mesmo sendo um país em desenvolvimento e não estando incluído entre os doadores tradicionais, que são obrigados por compromissos internacionais a prestar assistência oficial para o desenvolvimento. Essa cooperação tem sido intensa com a Guiné-Bissau.

25. Em diferentes contextos, fui chamado a manifestar-me sobre a cooperação para o desenvolvimento prestada pelo Brasil. Em todas as ocasiões, situei a cooperação oficial brasileira no marco da cooperação Sul – Sul, distinguindo-a da cooperação de cunho verticalizante que é prestada pelos doadores tradicionais e ressaltando que os projetos brasileiros são sempre respostas a demandas e têm a preocupação permanente de adaptação de experiências que tiveram êxito no Brasil às particularidades locais, em diálogo permanente com o governo local. Notei a pouca visibilidade que a cooperação Sul – Sul, prestada pelo Brasil e outros países em desenvolvimento, se comparada com a cooperação tradicional Norte-Sul. Diante disso, tomei a iniciativa de dar divulgação aos projetos brasileiros, inclusive por meio de matérias e entrevistas que fiz divulgar nos órgãos de comunicação social.

D.1. Cooperação Técnica

26. Durante a minha gestão, a embaixada foi participante ativa na execução de vários projetos no país, em áreas como:

Segurança: projeto “Centro de Formação das Forças de Segurança/CFFS” (instituição executora: Polícia Federal);

Justiça: projeto “Fortalecimento das Capacidades Jurídicas dos Magistrados do Ministério Público da Guiné-Bissau” (instituição executora: Ministério Público Federal);

Educação Profissionalizante: projeto “Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau/CFPBGB”(instituição executora: SENAI));

Controle, Prevenção e Disgnóstico do HIV-Aids: projetos “Fortalecimento do Combate ao HIV-Aids na Guiné-Bissau” e “Apoio ao Diagnóstico Laboratorial do HIV-Aids e outras Doenças Infecciosas na Guiné-Bissau” (instituições executoras: Ministério da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro);

Agricultura/Caju: projetos “Apoio ao Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju da Guiné-Bissau” e “Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau” (instituições executoras: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/EMBRAPA);

Educação Integral: projeto “Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas/Centro Educacional Amizade São Paulo” (instituições executoras: Fundação Gol de Letra, Instituto Elos, UNESCO-Brasil, Secretaria de Educação da Prefeitura de Vitória-ES).

27. Dois projetos ocuparam mais detidamente a minha atenção: o Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau (CFPBGB) e o Centro de Formação das Forças de Segurança (CFFS).

28. Em dezembro de 2016, acompanhei o Presidente José Mário Vaz numa visita ao Centro de Formação Profissional, que, inaugurado oficialmente em novembro de 2014, já deu diferentes formações profissionalizantes a cerca de 1400 jovens guineenses. O Presidente prestigiou com a sua presença a cerimônia semestral de formatura que se realizou em sequência à visita e tornou-se um grande entusiasta do projeto. O Centro de Formação Profissional deverá ser definitivamente apropriado pelo governo local, mas as autoridades guineenses não tomam as iniciativas destinadas a assegurar o orçamento necessário para mantê-lo. Nesse cenário, se o governo brasileiro toma a decisão de entregar o CFPGB ao governo local, outro parceiro internacional surgirá para assumi-lo, valendo-se de todo o investimento feito pelo Brasil ao longo dos anos. Tenho ressaltado essa preocupação à Secretaria de Estado, por tratar-se de um projeto que tem assegurado uma grande visibilidade política ao Brasil.

29. Tive a oportunidade de acompanhar o então primeiro-ministro Carlos Correia numa visita ao Centro de Formação das Forças de Segurança, que, inaugurado oficialmente em novembro de 2014, já ofereceu capacitação, em diferentes temas, a cerca de 1.100 policiais guineenses. Outros parceiros internacionais quiseram utilizar as instalações do CFFS para realizar atividades próprias de capacitação policial. Mantido com recursos do governo brasileiro, essencialmente da ABC, o Centro de Formação resultou de um projeto de cooperação bilateral e, dentro desse entendimento, resisti às tentativas voltadas para a sua “pluraterização”.

30. Empenhei-me particularmente em assegurar uma resposta à demanda do Ministério da Educação Nacional de assistência técnica na elaboração de um programa de cantinas escolares para a Guiné-Bissau. Assinado em abril de 2018, o projeto “Fortalecimento dos Programas das Cantinas Escolares da Guiné-Bissau” envolve, além da ABC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário e o Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília. Pelo lado guineense, são partes do projeto o Ministério da Educação Nacional e o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. De natureza trilateral, o projeto conta ainda com a participação do Escritório do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas na Guiné-Bissau. O programa brasileiro de merenda escolar é reconhecido mundialmente e qualquer iniciativa nessa área sempre assegura grande visibilidade política ao Brasil.

D.2. Cooperação Educacional

31. A elite dirigente e empresarial guineense divide-se entre quem estudou na antiga URSS e países do Bloco Socialista, quem estudou no Brasil, quem estudou em Portugal e quem estudou em Cuba. Um novo destino se afirma: a China. Desde finais dos anos setenta, centenas de guineenses graduaram-se em universidades brasileiras ao abrigo do Programa Estudante - Convênio do Ministério da Educação. O programa forma quadros universitários que deveriam retornar para contribuir para o desenvolvimento dos seus respectivos países, mas, no caso da Guiné-Bissau, muitos permanecem no Brasil por falta de oportunidades no

país de origem. Durante minha gestão, a Guiné-Bissau foi contemplada nas edições de 2015, 2016, 2017 e 2018 do programa. Funcionários do Centro Cultural, do Setor de Cooperação e do Setor Consular dão apoio aos candidatos nas inscrições e no encaminhamento da documentação que é exigida pelo MEC para o exame das candidaturas e decisão sobre o oferecimento da vaga.

32. Nos três últimos anos, a embaixada deu apoio à equipe da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB, que vem anualmente aplicar o seu vestibular em Bissau.

D.3. Cooperação Eleitoral

33. Desde 2005, o Brasil tem prestado assistência técnica na realização das eleições guineenses e, no início de 2014, praticamente coincidindo com a minha apresentação, a embaixada intermediou o apoio do Tribunal Superior Eleitoral, que disponibilizou técnicos informáticos do TRE-MG para atuar na preparação das eleições gerais que se realizaram em abril daquele ano. Alertei que, em 2018, as eleições legislativas de 18 de novembro coincidiriam com as eleições gerais brasileiras, o que inviabilizaria uma resposta positiva a nova demanda de assistência técnica.

34. Em outubro de 2016, a convite do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o presidente em exercício da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, João Pedro Sambú, foi ao Brasil para presenciar a realização das eleições municipais brasileiras. No ensejo, assinou Memorando de Entendimento para a troca de experiências entre as duas instituições.

D.4. Cooperação Humanitária

35. O Brasil foi o primeiro país a doar medicamentos para a Guiné-Bissau e tem procurado sempre responder às demandas que as autoridades sanitárias guineenses fazem chegar ao Ministério da Saúde por intermédio da embaixada. Em 2016, a embaixada intermediou uma importante doação de antirretrovirais. Nova demanda foi feita no início de 2018 e o Ministério da Saúde sinalizou disponibilidade em atendê-la. Está em fase de negociação o custeio do transporte.

36. Em 2014, o governo brasileiro uniu-se aos esforços de outros parceiros internacionais no apoio ao combate ao vírus Ebola, que atingia a vizinha Guiné-Conacri. Concretamente, o Ministério da Saúde doou ao Ministério da Saúde Pública da Guiné-Bissau medicamentos para tratamento da doença. A preocupação era grande de que o vírus chegasse à Guiné-Bissau, o que não aconteceu.

D.5. Cooperação Financeira

37. Em 2017, o Ministério da Fazenda do Brasil e o Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau concluiram o projeto de reestruturação/perdão da dívida oficial da Guiné-Bissau com o Brasil. O projeto, que se encontra na Casa Civil para encaminhamento ao Senado Federal, prevê o perdão de aproximadamente US\$ 38 milhões, o que corresponde a 95% da dívida total.

D.6. Cooperação em Defesa

38. Em 2011, a ABC e o Ministério da Defesa, em resposta a uma demanda guineense, minutaram projeto que previa a cooperação do Exército Brasileiro na implantação de um Centro de Formação de Oficiais na Guiné-Bissau. Restrições orçamentárias no Brasil naquele momento (tanto na ABC como no MD) e, nos últimos anos, a instabilidade governativa na Guiné-Bissau não permitiram a execução do projeto, que poderá ser eventualmente retomado sob bases mais modestas.

39. Em 2017, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné-Bissau, general Biaguê Na N'Tan, solicitou a assistência do Brasil na capacitação da Polícia do Exército da Guiné-Bissau. O assunto está sob exame no Ministério da Defesa. Em 2018, o CEMGFA solicitou ao seu homólogo brasileiro mais vagas na Academia Militar das Agulhas Negras e em outras instituições militares brasileiras. Dois cadetes guineenses frequentam atualmente a AMAN.

E. CONSULAR E ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS

40. O Setor Consular conta com poucos funcionários para prestar a assistência consular a uma comunidade de brasileiros que é integrada essencialmente por missionários de diferentes igrejas cristãs e que se tem queixado informalmente da lentidão nas providências e de outras precariedades. Ouvi com atenção às críticas. Em quatro anos, contudo, foram raras as reclamações que envolviam a embaixada e que foram dirigidas à Ouvidoria Consular do Itamaraty.

41. A demanda de vistos, particularmente de vistos de estudante, cresceu muito nos últimos anos. O Brasil é um país de destino de guineenses desejosos de emigrar e demandas de visto podem ter como objetivo a imigração irregular. O assunto requer uma atenção detida do Setor.

F. CENTRO CULTURAL BRASIL – GUINÉ-BISSAU

42. A Guiné-Bissau é um país de língua oficial portuguesa, onde o ensino do português é obrigatório desde o primeiro ano do ensino básico, mas a língua interétnica é o crioulo guineense. Isso explica por que o Centro Cultural acolhe cerca de 1000 alunos nos seus cursos, gratuitos, de Língua Portuguesa, Cultura e Literatura Brasileira, os quais dão ao jovem que tem interesse em estudar no Brasil a oportunidade de aprimorar o conhecimento da língua. Há sete professores contratados. Não há coordenador, cujas funções têm sido

exercidas por um dos professores. O CCBGB está há dois anos com o cargo de diretor vago. A reativação da direção criaria condições para uma programação cultural mais intensa e elaborada.

43. Desde 2015, o Centro Cultural aplica o exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa do MEC (Celpe-Bras), que se tornou pré-requisito para candidatar-se a uma vaga pelo PEC-G, porém só tem condições de atender a um número limitado de inscritos em cada edição (entre 60 e 100).

44. O Centro Cultural possui uma biblioteca, um telecentro e um auditório para cem pessoas. É uma referência na limitada vida cultural de Bissau e um espaço privilegiado para lançamento de livros, apresentações musicais e exibição de filmes brasileiros. Em 2015 e 2017, o CCBGB promoveu mais uma edição do Prêmio Literário José Carlos Schwarz, de iniciativa da embaixada e que constitui o único de sua categoria concedido na Guiné-Bissau. Entre outros projetos, a embaixada deu continuidade ao programa radiofônico semanal Momento Brasileiro.

45. Em coordenação com a Embaixada de Portugal, a embaixada tem promovido, na primeira semana de maio, eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP.

G. ADMINISTRAÇÃO

46. As dotações de rotina são suficientes para o desempenho das tarefas essenciais da embaixada. O grande problema é o precário quadro de funcionários do quadro do MRE, em especial a ausência de oficiais e assistentes de chancelaria. Se o problema não for resolvido, o funcionamento de alguns setores ficará comprometido e outros, já sacrificados, não poderão ter seu potencial explorado. Preocupa-me a situação do Setor Consular.

47. A Chancelaria, a Residência Oficial e o Centro Cultural funcionam num terreno comum de cerca de seis mil metros quadrados cuja manutenção e supervisão requerem uma atenção permanente, hoje a cargo de um único agente de vigilância do Quadro do MRE. A eletricidade depende do funcionamento de três geradores que se alternam e apresentam frequentemente avarias que exigem reparos urgentes. As comunicações são precárias. A Guiné-Bissau não dispõe de telefonia fixa, apenas celular. A internet funciona de forma precária. Em junho de 2018, com o apoio da Secretaria de Estado, pude substituir a tecnologia de acesso junto à empresa fornecedora do serviço e instalar novas antenas, com maior velocidade e um novo contrato.

48. Outro calcanhar-de-aquiles é a administração do patrimônio das quatro unidades do Posto – chancelaria, residência, centro cultural e filmoteca/discoteca -, do que me incumbo pessoalmente. O patrimônio da chancelaria é antigo e muitos bens foram baixados, o que permitiu recuperar espaços. No caso de bens e equipamentos essenciais, a Secretaria de

Estado disponibilizou recursos para substituí-los. O parque tecnológico da chancelaria está renovado.

49. A residência oficial é referência em Bissau e a sua manutenção exige uma atenção permanente. Há sempre trabalhos de manutenção e conservação a serem feitos. Com o apoio da Secretaria de Estado, algumas obras de maior vulto puderam ser realizadas.

H. CONCLUSÃO E PRINCIPAIS DESAFIOS

50. Meu sucessor encontrará uma embaixada de dimensões médias, e de administração complexa, e que está situada num país onde o Brasil possui grande visibilidade diplomática e política.

51. A embaixada executa uma intensa agenda de cooperação – técnica, educacional – que projeta o Brasil. A agenda cultural também é intensa e pode ser potencializada. Se a Guiné-Bissau ingressar num círculo virtuoso de desenvolvimento, possibilidades de investimentos se apresentarão no médio prazo. É um desafio que meu sucessor poderá explorar. Mas deve-se ter em mente que se trata de um país ainda muito isolado em termos de conectividade, o que desencoraja o deslocamento de missões empresariais e comerciais.

52. O cenário político é incerto. Embora um governo de inclusão tenha sido formado em abril, há embates no âmbito da equipe governamental entre os dois principais partidos - PAIGC e PRS. A realização das eleições – legislativas, em 2018, e presidenciais, em 2019 - pode dar um recomeço político ao país, mas os atores políticos têm sido oblíquos em relação ao assunto. A opacidade está particularmente presente na psique dos guineenses.

53. O Corpo Diplomático local é pequeno e prestigiado, o que torna fácil o acesso às mais altas autoridades. Mas a máquina administrativa é precária, a chancelaria local tem poucos funcionários, o que atrasa respostas às consultas oficiais, que muitas vezes não chegam.

54. Durante a minha gestão, sete diferentes governos se sucederam no país e com todos mantive excelentes relações. No quadro de tensão política permanente, contudo, sem me recusar a receber e a conversar com qualquer força política que tivesse a iniciativa de me procurar, tomei a opção de manter-me equidistante em relação aos partidos e grupos em conflito. Qualquer gesto poderia ser interpretado como uma tomada de posição em favor de um dos lados da disputa. Com origem interna, o impasse político deve ser resolvido pelos próprios guineenses, com a mediação, se solicitada, da comunidade internacional. Tal é essência da posição que defendi e que está em plena sintonia com os princípios de respeito à soberania e de não-ingerência nos assuntos internos dos Estados.

55. O Brasil não tem um passado de potência colonial, nem um presente de país que está na Guiné-Bissau movido pelo interesse de explorar os recursos naturais guineenses. Nessas condições, é visto como um parceiro neutro, imparcial e desinteressado, no melhor sentido da palavra, como um país que alcançou altos níveis de desenvolvimento em algumas áreas e que

está disposto genuinamente a contribuir para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. As relações bilaterais situam-se num patamar diferenciado e privilegiado em relação aos outros países aqui presentes, o que constitui um ativo político único e invejável, a ser explorado em nosso favor.
